

1 **MINUTA DA ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2022 DO**
2 **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS**
3 **MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2022 POR**
4 **VIDEOCONFERÊNCIA.**

5 Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às oito horas, deu-se
6 início a 3ª Reunião Extraordinária do ano de 2022 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos
7 Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de
8 forma não presencial, pela plataforma Teams, com os seguintes itens de pauta: **Item I -**
9 **Primeira chamada de quórum; Item II - Segunda chamada de quórum; Item III - Abertura**
10 da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum
11 e leitura das justificativas de ausência; **Item IV - Aprovação das outorgas solicitadas**
12 pela ALCOA conforme parecer da CTOC:

13 <https://drive.google.com/drive/folders/1dDspgznKi9PSOEzshGayY2J55IMGclrt?usp=sharing>

14 <https://drive.google.com/drive/folders/1U5hSoVvacc2-DqwAQcZhzCzDa0zk70mB?usp=sharing>

15 **Item V - Aprovação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos conforme parecer da**
16 **CTOC; Item VI – Assuntos Gerais e Item VII – Encerramento. Membros presentes: Na**
17 reunião estiveram presentes 32 (trinta e dois) membros, representando 29 (vinte e nove)
18 Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: o Presidente **Rogério Araújo**
19 **Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE),**
20 a secretária **Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé)** e os
21 seguintes Conselheiros: **Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**
22 **Minas Gerais - CBMMG), Alexandre César Nunes Teixeira (Polícia Militar do Estado**
23 **de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de**
24 **Gestão das Águas - IGAM), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de Estado de**
25 **Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese (Polícia Civil**
26 **de Minas Gerais), Ronaldo Carvalho de Figueiredo (Instituto Estadual de Florestas**
27 **- IEF), Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e**
28 **Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Luiz Carlos Ribeiro Esteves (Secretaria**
29 **de Estado da Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; José**
30 **Acácio de Vilas Boas (Prefeitura Municipal de Ipuíuna), Samira Fróes de Paula**
31 **(Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Giovanna Ferreira Nascimento**
32 **(Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura Municipal de**
33 **Poços de Caldas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de**
34 **Andradas), Paulo Roberto Pinheiro (Prefeitura Municipal de Guaxupé), Camilla**
35 **Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes do PODER**
36 **PÚBLICO MUNICIPAL; Egonn Hendrigo Carvalho Silva (Companhia de**
37 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio**
38 **S.A.), Donizeti Alves de Lima (Alcoa Alumínio S.A.), Ivo Aparecido Paparotte**
39 **(Indústria e Cerâmica Andradense S.A. - ICASA), Cláudia de Souza (DME**
40 **Energética S.A.), Deivid Lucas de Oliveira (Federação das Indústrias do Estado de**
41 **Minas Gerais - FIEMG), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do**
42 **Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luís Cláudio Marques (Departamento Municipal**
43 **de Água e Esgoto de Poços de Caldas - DMAE Poços de Caldas), Luiz Renato Musa**
44 **Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas –**
45 **ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales (Associação dos**
46 **Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da**
47 **Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Josina Aparecida de**
48 **Carvalho (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande –**

49 **ARPA Rio Grande), Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário),**
50 **Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**
51 **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**
52 **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**
53 **Minas Gerais - CREA MG) e, representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também**
54 **estiveram presentes os seguintes convidados: Vinicius Souza Pinto (SUPRAM SM),**
55 **Wagner Antunes de Oliveira (GECON/IGAM), Camila Cândido Zanon**
56 **(GECON/IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (GECBH/IGAM), Maria de Lourdes**
57 **Amaral Nascimento (GECBH/IGAM), Fabiana Monteiro de Moura Fernandes**
58 **Campos (GECBH/IGAM). Item I - Primeira chamada de quórum;** o Presidente Rogério
59 fez a primeira chamada de quórum, registrando 16 participantes. Após 10 minutos,
60 passou para o **Item II - Segunda chamada de quórum;** o Presidente Rogério fez a
61 segunda chamada de quórum, registrando 26 participantes. Sendo assim, passou-se
62 para o **Item III - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino**
63 **Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência;** A reunião
64 foi aberta pelo presidente Rogério, que agradeceu a presença de todos e desejou uma
65 boa reunião. Solicitou a execução do Hino Nacional e leitura das justificativas de
66 ausência; **Item IV - Aprovação das outorgas solicitadas pela ALCOA conforme**
67 **parecer da CTOC;** O presidente Rogério iniciou a pauta com a apresentação dos
68 pedidos de outorga da empresa ALCOA, que já haviam sido analisados pela CTOC. Foi
69 passada a palavra para o representante da ALCOA, o conselheiro Donizeti Lima, que
70 apresentou as intervenções realizadas, assim como a justificativa da necessidade da
71 obra e sua execução de forma emergencial. O responsável técnico da SUPRAM SM,
72 Vinicius, tomou a palavra e apresentou o parecer emitido pelo Estado favorável às duas
73 outorgas. O conselheiro Paulo Pinheiro, coordenador da CTOC, usou a palavra e
74 apresentou o parecer da CTOC que também foi favorável à intervenção. A conselheira
75 Ângela pediu a palavra e questionou o técnico Vinicius, enquanto técnico do estado, se
76 ele é vinculado à URGA ou se a outorga teria voltado para a SUPRAM e o técnico Vinicius
77 explicou que o processo foi vinculado a um processo de licenciamento e, por isso, foi
78 analisado pela SUPRAM e não pela URGA. A conselheira Ângela ainda perguntou qual
79 é a deliberação que determina essa vinculação e análise pela SUPRAM nesses casos e
80 o técnico Vinicius informou não ter o número no momento, mas se disponibilizou a
81 verificar tal informação e repassar ao comitê. O conselheiro Pedro questionou se houve
82 alguma compensação ambiental pela canalização e desvio ou se foi considerado que
83 não era necessária. E o técnico Vinicius informou que não tem nenhuma informação de
84 compensação por canalização e desvio e que compensação e seria apenas por
85 intervenção em APP. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e informou a conselheira
86 Ângela que, quando os processos voltaram para o IGAM, isso foi feito parcialmente e
87 que desde a alteração da legislação o IGAM só analisa processos que não se vinculam
88 a licenciamento ambiental. A conselheira Ângela então questionou se o IGAM não
89 analisou porque teria que passar pelo comitê, que é vinculado ao IGAM, e o conselheiro
90 Eduardo informou que isso foi colocado em normativa. O conselheiro Donizeti tomou a
91 palavra e informou que, em auditoria independente, a barragem apresentou estabilidade.
92 O conselheiro Edilberto questionou se a mancha foi alterada em face das alterações e o
93 representante da ALCOA informou que não teve alteração na mancha. O conselheiro
94 Edilberto informou que tinha um comentário no chat do YouTube, onde o internauta
95 André Bettoni informou é vinculada quando o empreendimento ou atividade forem
96 sujeitos a Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC ou Licenciamento Ambiental

97 Trifásico – LAT, informação esta reforçada pelo técnico da SUPRAM presente em
98 reunião. Foi iniciada a votação das duas outorgas, onde o presidente Rogério solicitou
99 que cada integrante desse seu voto para as duas outorgas de uma única vez. As
100 outorgas foram aprovadas pela maioria, com apenas uma abstenção por parte da
101 COPASA que justificou a abstenção por estar fora da área de concessão da companhia.
102 Passou-se portanto para o **Item V - Aprovação da cobrança pelo uso dos recursos**
103 **hídricos conforme parecer da CTOC**; O presidente Rogério iniciou a pauta com a
104 apresentação do parecer da CTOC. O conselheiro Paulo Pinheiro, coordenador da
105 CTOC, falou sobre as três propostas enviadas para a Plenária analisar e decidir (FIEMG,
106 COPASA e Sociedade Civil) e explicou que as propostas da FIEMG e da COPASA foram
107 favoráveis à DN68 enquanto que a proposta da Sociedade Civil apresentou um adendo
108 para rebaixamento de lençol freático, que é uma das especificidades da bacia do GD6,
109 alterando-se alguns valores na tabela de preços. E por este motivo, esta proposta foi a
110 mais votada na CTOC. A conselheira Camilla pediu a palavra e questionou como seria
111 feita a cobrança no município de Muzambinho, sendo que o mesmo pertence à duas
112 bacias diferentes e o convidado Wagner do IGAM informou que a cobrança segue a
113 bacia através do ponto de captação e/ou lançamento. O Presidente Rogério questionou
114 se o parecer da CTOC não deveria ter trazido apenas a proposta escolhida já para
115 votação, mas o conselheiro Deivid não concordou, disse que a CTOC é consultiva e
116 enviou as três propostas para a plenária analisar e decidir qual escolheria através da
117 votação. A conselheira Maria Teresa pediu a palavra e informou que a única proposta
118 diferente foi a da Sociedade Civil, e que, para não atrasar mais o processo, poderia sim
119 ser feita a votação. A conselheira Irinéia lembrou que a CTOC aprovou a minuta feita
120 pela Sociedade Civil com as alterações nos valores conforme as especificidades da
121 bacia. O convidado Wagner disse ter feito uma estimativa sobre os valores enviados pela
122 Sociedade Civil e que poderia apresentar para a plenária, porém ele esclareceu que, se
123 a plenária optar pela proposta da Sociedade Civil, com esta diferenciação nos valores,
124 terá que passar pela análise do CERH e que provavelmente, será negado, prevalecendo
125 os valores da DN 68 e que este processo poderia atrasar ainda mais o início da
126 arrecadação da cobrança para o Comitê. O coordenador da CTOC, Paulo Pinheiro,
127 perguntou se seria a menos ou a mais as diferenças apontadas nesta estimativa e o
128 convidado Wagner respondeu que existe as duas posições. A conselheira Ângela pediu
129 a palavra e disse que essa apresentação deveria ser realizada na CTOC e não na
130 plenária, pois é a CTOC que deve ser responsável pelo tema. O presidente Rogério se
131 posicionou a favor da CTOC receber essa apresentação e fazer um novo
132 encaminhamento para a plenária. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e recordou
133 que o IGAM deve apresentar as restrições existentes e informou que não vê diferença
134 entre a apresentação ser para a plenária ou para a Câmara Técnica. Ele ainda reiterou
135 que a Câmara é consultiva e não deliberativa e, deve apenas, indicar sua posição, sendo
136 a deliberação realizada em plenária. Ainda informou que tudo que for apresentado deve
137 estar pautado. O conselheiro Antônio Carlos pediu a palavra e opinou que a proposta
138 deve ser votada hoje e que o parecer do IGAM deve ser feito quando o comitê enviar a
139 aprovação ao IGAM. A conselheira Maria Teresa reiterou a fala dele solicitando a votação
140 nesta reunião, indicando que as alterações entre a proposta e a DN são as
141 especificidades locais. O convidado Wagner informou que apenas faz a análise se o
142 aprovado pelo comitê está ou não cumprindo o mínimo exigido pela legislação e que, no
143 caso de não atendimento, o processo será devolvido ao comitê para adequação. O
144 presidente Rogério pediu as correções feitas pelo IGAM. O conselheiro Edilberto pediu

145 a palavra e lembrou que em 26/04/2022 a CTOC pediu contribuições a todos os
146 conselheiros, sendo que apenas a FIEMG, a COPASA e a Sociedade Civil enviaram
147 suas propostas e que, neste momento, ele entenderia que já deve ir pra votação do
148 proposto e encaminhado via CTOC e que não mais deve ser adiado esse pleito. Diante
149 do impasse, o convidado Robson do IGAM esclareceu que foi solicitado ao IGAM o apoio
150 no tema durante a reunião e reiterou a fala do conselheiro Eduardo de que a Câmara
151 Técnica é consultiva e a Plenária é deliberativa e que, no caso das divergências, a
152 proposta feita pela Sociedade Civil pode ser enviada ao IGAM para análise, se colocando
153 à disposição. O presidente Rogério informou que não foi informado sobre a análise
154 técnica do IGAM nesta reunião e que gostaria de ter recebido essa informação, porém a
155 auxiliar administrativo disse ter feito o convite à todos os convidados do IGAM (GECOM
156 e GECBH) para prestarem apoio e esclarecimentos sobre os temas pautados, conforme
157 feito em todas as reuniões. A conselheira Maria Teresa pediu a palavra pela ordem e se
158 posicionou a favor da votação nessa reunião, novamente. O conselheiro Paulo Pinheiro,
159 coordenador da CTOC, pediu a palavra pela ordem e disse que não há inconsistência
160 no parecer da CTOC e que há três propostas, porém duas são iguais. O conselheiro
161 Deivid tomou a palavra e disse estar preocupado pelas discussões e que entende que o
162 IGAM está participando como suporte nesta reunião. E esclareceu que, em sua análise,
163 na proposta da Sociedade Civil existem pontos que a FIEMG não concorda, como a
164 inclusão de números de funcionários, pois na outorga não teria acesso à essa
165 informação. Ainda sugeriu que deveriam ser votadas as três propostas pois as três foram
166 encaminhadas para votação, sendo definidas como: Proposta 1 – de acordo com DN 68
167 (contribuições da COPASA e FIEMG) e Proposta 2 – Sociedade Civil. O conselheiro
168 Eduardo pediu a palavra antes da votação e colocou que, após aprovação, o IGAM fará
169 um parecer e encaminhará ao CERH para análise final e que, o mesmo verificará as
170 alterações e no caso de não conseguir aplicar algum item, a proposta voltará para o
171 Comitê. O conselheiro Juvenal tomou a palavra e informou que a CTOC não foi
172 informada que teria itens que não poderia alterar e que deveria colocar as duas propostas
173 em votação ainda nessa reunião. Sendo assim, todos concordaram e foi iniciada a
174 votação. O resultado foram 11 votos favoráveis à Proposta 1, 9 votos favoráveis à
175 Proposta 2 e 1 voto contra as 2 propostas (Prefeitura de Andradadas). A ASSEMAE se
176 absteve na votação e justificou que não concorda com pontos da cobrança, uma vez que,
177 o seu ver, o setor de saneamento será o mais prejudicado pelo montante que será
178 cobrado, tendo que repassar os valores à sociedade. Ainda pontuou que o direito ao
179 saneamento é constitucional e não concordou com o Relatório do Plano de Trabalho
180 apresentado e que o mesmo preceito usado para a agricultura deveria ser usado aos
181 prestadores de serviço de abastecimento. Ao final da votação, o conselheiro Eduardo
182 pediu a palavra e lamentou o fato da conselheira Ângela não ter podido apresentar a
183 proposta da Sociedade Civil nesta reunião, pois haviam pontos relevantes na mesma, e
184 parabenizou o Comitê e a conselheira pela luta e serviços prestados à sociedade. O
185 conselheiro José Edilberto pediu a palavra e disse que estava na esperança do GD6 se
186 posicionar diferente dos demais comitês, pelo diferencial do Comitê GD6, e que se
187 preocupa com o uso da água de rebaixamento de lençol freático como ocorre na região,
188 especialmente em Poços de Caldas e colocou que em uma possível revisão, isto deveria
189 sim ser revisto. Ainda, citou a falta que a conselheira Ângela fará ao Comitê e a
190 importância de suas considerações. A conselheira Irinéia pediu a palavra e disse que
191 fica preocupada com o futuro de Poços devido às peculiaridades locais. O conselheiro
192 Antônio Carlos pediu a palavra e informou que irá sair do Comitê e da coordenação da

193 CTPD, uma vez que lamenta a forma como foi conduzida a problemática. Nada mais
194 havendo a tratar, a 3ª Reunião Extraordinária do ano de 2022 do CBH Mogi/Pardo (GD6)
195 foi encerrada às 10h51min.

MINUTA